

SÃO PEDRO-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO -
SÃO PAULO

Professor I- Educação Infantil

Nº 01/2024

CÓD: SL-171AG-24
7908433262428

Língua Portuguesa

1. Fonética; Fonologia; Sílaba; Encontros Vocálicos e Consonantais	7
2. Pontuação	8
3. Acentuação Gráfica	10
4. Ortofonia	11
5. Ortografia	12
6. Morfologia: Estrutura e Formação das palavras	13
7. Substantivo: flexão de gênero, número e grau; Adjetivo: flexão de gênero, número e grau; Verbo: conjugação; Artigo; Pronome: classificação; Numeral; Advérbio; Preposição; Conjunção; Interjeição	14
8. Análise Sintática da oração e do período	29
9. Regência: Verbal e Nominal	32
10. Concordância: Verbal e Nominal	34
11. Crase	35
12. Semântica	36
13. Emprego de algumas classes de palavras	37
14. Figuras de Linguagem	37
15. Vícios de Linguagem	39
16. Interpretação de Texto, Compreensão de Textos	40
17. Estruturação do Parágrafo: Elementos Coesivos e Argumentativos	41

Matemática

1. Operações com Números Reais	55
2. Operações Algébricas. Fatoração Algébrica	57
3. Produtos Notáveis	58
4. Equações Fracionárias	59
5. Equações e Inequações de 1º e 2º grau	60
6. Equações Exponenciais e Logarítmicas	65
7. Medidas de Tempo. Sistema Métrico e seus Derivados	68
8. Medidas Monetárias	71
9. Grandezas Proporcionais; Razões e Proporções	73
10. Regra de três: Simples e Composta	75
11. Juros e Porcentagens	76
12. Sistemas de Equações e Inequações	79
13. Geometria Plana: retas, ângulos, polígonos, circunferência, círculo, sólidos (cubo, paralelepípedo, cilindro, cone, esfera); Perímetro e Área de Polígonos; Volume de Sólidos; Relações métricas no Triângulo Retângulo	80
14. Progressões Aritméticas e Geométricas	92
15. Estudo das Relações; Estudo das Funções de 1º e 2º Grau	94
16. Trigonometria; Relações Trigonométricas; Equações e Inequações Trigonométricas	101
17. Binômio de Newton; Análise Combinatória	108

18. Probabilidade.....	110
19. Matrizes, Determinantes e Sistemas	112
20. Geometria Analítica	121

Conhecimentos Gerais

1. História do Brasil, Geografia do Brasil.....	131
2. Atualidades sobre ciências, religião, cultura, política, esporte e os mais diversos temas de interesse social no brasil e no mundo divulgados pela grande mídia (radio, jornais, tv e internet)	187

Conhecimentos Específicos Professor I - Educação Infantil

1. Objetivos da Educação Infantil.....	189
2. Ampliação do repertório vocabular	190
3. A criança Pré- Escolar e suas linguagens.....	191
4. Atendimento à criança pré-escolar provinda de ambientes pouco estimuladores.....	192
5. Atividade de estimulação para a leitura na pré-escola	193
6. A educação artística a serviço da criatividade na pré-escola	194
7. Sucata, um desafio à criatividade, Situações estimuladoras na área do pensamento operacional concreto.....	195
8. A criança pré- escolar e o meio social.....	195
9. Ciências na Educação Infantil – Importância.....	196
10. Uma escola Piagetiana.....	197
11. Você fala porque pensa (não pensa porque fala) – a aprendizagem da linguagem como instrumento de aprendizagem	198
12. A consciência moral e o espírito cívico segundo Jean Piaget.....	199
13. Da psicologia do desprivilegiado à psicologia do oprimido	199
14. A criança e o número	200
15. Avaliação.....	201
16. Planejamento.....	202
17. Pedagogia de Freinet	203
18. Base Nacional Comum Curricular – BNCC (referente à Educação Infantil)	204
19. Literatura Infantil – Principais autores e obras	244
20. Teorias e Teóricos da Educação.....	245
21. Lei Federal nº 8.069/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente	250
22. Lei Federal nº 9.394/96 - Das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	287
23. Lei 13.185/2015 - Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)	305

LÍNGUA PORTUGUESA

FONÉTICA; FONOLOGIA; SÍLABA; ENCONTROS VOCÁLICOS E CONSONANTAIS

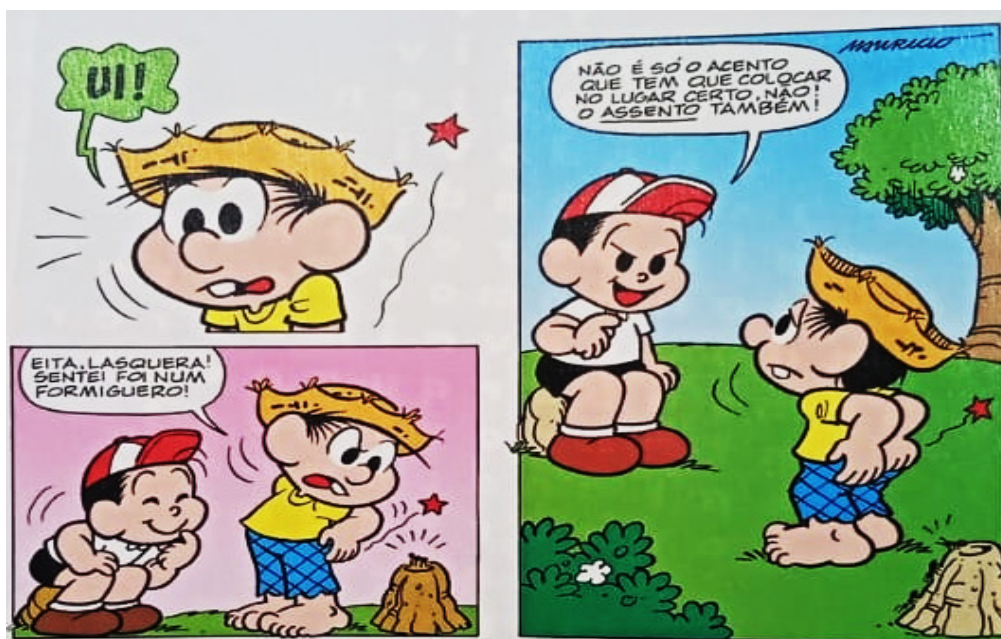
FONÉTICA; FONOLOGIA;

Fonologia

A fonologia também é um ramo de estudo da Linguística, mas ela se preocupa em analisar a organização e a classificação dos sons, separando-os em unidades significativas. É responsabilidade da fonologia, também, cuidar de aspectos relativos à divisão silábica, à acentuação de palavras, à ortografia e à pronúncia.

Sintetizando: a fonologia estuda os sons, preocupando-se com o significado de cada um e não só com sua estrutura física.

Para ficar mais claro, leia os quadrinhos:



(Gibizinho da Mônica, nº73, p.73)

O humor da tirinha é construído por meio do emprego das palavras acento e assento. Sabemos que são palavras diferentes, com significados diferentes, mas a pronúncia é a mesma. Lembra que a fonética se preocupa com o som e representa ele por meio de um Alfabeto específico? Para a fonética, então, essas duas palavras seriam transcritas da seguinte forma:

Acento	asẽtu
Assento	asẽtu

Percebeu? A transcrição é idêntica, já que os sons também são. Já a fonologia analisa cada som com seu significado, portanto, é ela que faz a diferença de uma palavra para a outra.

Bom, agora que sabemos que fonética e fonologia são coisas diferentes, precisamos entender o que é fonema e letra.

Fonema: os fonemas são as menores unidades sonoras da fala. Atenção, estamos falando de menores unidades de som, não de sílabas. Observe a diferença: na palavra pato a primeira sílaba é pa-. Porém, o primeiro som é pê (P) e o segundo som é a (A).

Letra: as letras são as menores unidades gráficas de uma palavra.

Sintetizando: na palavra *pato*, *pa-* é a primeira sílaba; *pê* é o primeiro som; e *P* é a primeira letra.

Agora que já sabemos todas essas diferenciações, vamos entender melhor o que é e como se compõe uma sílaba.

Sílaba: A sílaba é um fonema ou conjunto de fonemas que é emitido em um só impulso de voz que tem como base uma vogal.

A sílabas são classificadas de dois modos:

Classificação quanto ao número de sílabas:

As palavras podem ser:

– Monossílabas: as que têm uma só sílaba (*pé*, *pá*, *mão*, *boi*, *luz*, *é...*)

– Dissílabas: as que têm duas sílabas (*café*, *leite*, *noites*, *caí*, *bota*, *água...*)

– Trissílabas: as que têm três sílabas (*caneta*, *cabeça*, *saúde*, *circuito*, *boneca...*)

– Polissílabas: as que têm quatro ou mais sílabas (*casamento*, *jesuíta*, *irresponsabilidade*, *paralelepípedo...*)

Classificação quanto à tonicidade

As palavras podem ser:

– Oxítonas: quando a sílaba tônica é a última (*ca-fé*, *ma-ra-cu-já*, *ra-paz*, *u-ru-bu...*)

– Paroxítonas: quando a sílaba tônica é a penúltima (*me-sa*, *sa-bo-ne-te*, *ré-gua...*)

– Proparoxítonas: quando a sílaba tônica é a antepenúltima (*sá-ba-do*, *tô-ni-ca*, *his-tó-ri-co...*)

Lembre-se que:

Tônica: a sílaba mais forte da palavra, que tem autonomia fonética.

Átona: a sílaba mais fraca da palavra, que não tem autonomia fonética.

Na palavra telefone: *te-*, *le-*, *ne-* são sílabas átonas, pois são mais fracas, enquanto que fo- é a sílaba tônica, já que é a pronunciada com mais força.

Agora que já sabemos essas classificações básicas, precisamos entender melhor como se dá a divisão silábica das palavras.

Divisão silábica

A divisão silábica é feita pela silabação das palavras, ou seja, pela pronúncia. Sempre que for escrever, use o hífen para separar uma sílaba da outra. Algumas regras devem ser seguidas neste processo:

Não se separa:

– Ditongo: encontro de uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (*cau-le*, *gai-o-la*, *ba-lei-a...*)

– Tritongo: encontro de uma semivogal, uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (*Pa-ra-guai*, *quais-quer*, *a-ve-ri-guou...*)

– Dígrafo: quando duas letras emitem um único som na palavra. Não separamos os dígrafos *ch*, *lh*, *nh*, *gu* e *qu* (*fa-cha-da*, *co-lhei-ta*, *fro-nha*, *pe-guei...*)

– Encontros consonantais inseparáveis: *re-cla-mar*, *psi-có-lo-go*, *pa-trão...*)

Deve-se separar:

– Hiatos: vogais que se encontram, mas estão em sílabas vizinhas (*sa-ú-de*, *Sa-a-ra*, *ví-a-mos...*)

– Os dígrafos *rr*, *ss*, *sc*, e *xc* (*car-ro*, *pás-sa-ro*, *pis-ci-na*, *ex-ce-ção...*)

– Encontros consonantais separáveis: *in-fec-ção*, *mag-nó-lia*, *rit-mo...*)

PONTUAÇÃO

— Visão Geral

O sistema de pontuação consiste em um grupo de sinais gráficos que, em um período sintático, têm a função primordial de indicar um nível maior ou menor de coesão entre estruturas e, ocasionalmente, manifestar as propriedades da fala (prosódias) em um discurso redigido. Na escrita, esses sinais substituem os gestos e as expressões faciais que, na linguagem falada, auxiliam a compreensão da frase.

O emprego da pontuação tem as seguintes finalidades:

– Garantir a clareza, a coerência e a coesão interna dos diversos tipos textuais;

– Garantir os efeitos de sentido dos enunciados;

– Demarcar das unidades de um texto;

– Sinalizar os limites das estruturas sintáticas.

— Sinais de pontuação que auxiliam na elaboração de um enunciado

Vírgula

De modo geral, sua utilidade é marcar uma pausa do enunciado para indicar que os termos por ela isolados, embora compartilhem da mesma frase ou período, não compõem unidade sintática. Mas, se, ao contrário, houver relação sintática entre os termos, estes não devem ser isolados pela vírgula. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo que existem situações em que a vírgula é obrigatória, em outras, ela é vetada. Confira os casos em que a vírgula **deve** ser empregada:

• No interior da sentença

1 – Para separar elementos de uma enumeração e repetição:

ENUMERAÇÃO
Adicione leite, farinha, açúcar, ovos, óleo e chocolate.
Pague as contas de água, luz, telefone e gás.

REPETIÇÃO
Os arranjos estão lindos, lindos!
Sua atitude foi, muito, muito, muito indelicada.

2 – Isolar o *vocativo*

“Crianças, venham almoçar!”

“Quando será a prova, professora?”

3 – Separar *apóstos*

“O ladrão, *menor de idade*, foi apreendido pela polícia.”

4 – Isolar *expressões explicativas*:

“As CPIs que terminaram em pizza, *ou seja*, ninguém foi responsabilizado.”

5 – Separar *conjunções intercaladas*

“Não foi explicado, *porém*, o porquê das falhas no sistema.”

6 – Isolar o *adjunto adverbial* anteposto ou intercalado:

“*Amanhã pela manhã*, faremos o comunicado aos funcionários do setor.”

“Ele foi visto, *muitas vezes*, vagando desorientado pelas ruas.”

7 – Separar o *complemento pleonástico antecipado*:

“Estas *alegações*, não as considero legítimas.”

8 – Separar termos coordenados assindéticos (não conectadas por conjunções)

“Os seres vivos nascem, crescem, reproduzem-se, morrem.”

9 – Isolar o *nome de um local* na indicação de datas:

“São Paulo, 16 de outubro de 2022”.

10 – Marcar a *omissão* de um termo:

“Eu faço o recheio, e você, a cobertura.” (omissão do verbo “fazer”).

• **Entre as sentenças**

1 – Para separar as orações subordinadas adjetivas explicativas
“Meu aluno, que mora no exterior, fará aulas remotas.”

2 – Para separar as orações coordenadas sindéticas e assindéticas, com exceção das orações iniciadas pela conjunção “e”:
“Liguei para ela, expliquei o acontecido e pedi para que nos ajudasse.”

3 – Para separar as orações substantivas que antecedem a principal:
“Quando será publicado, ainda não foi divulgado.”

4 – Para separar orações subordinadas adverbiais desenvolvidas ou reduzidas, especialmente as que antecedem a oração principal:

Reduzida	Por ser sempre assim, ninguém dá atenção!
Desenvolvida	Porque é sempre assim, já ninguém dá atenção!

5 – Separar as sentenças intercaladas:

“Querida, disse o esposo, estarei todos os dias aos pés do seu leito, até que você se recupere por completo.”

• **Antes da conjunção “e”**

1 – Emprega-se a vírgula quando a conjunção “e” adquire valores que não expressam adição, como consequência ou diversidade, por exemplo.

“Argumentou muito, e não conseguiu convencer-me.”

2 – Utiliza-se a vírgula em casos de polissíndeto, ou seja, sempre que a conjunção “e” é reiterada com com a finalidade de destacar alguma ideia, por exemplo:

“(…) e os desenrolamentos, e os incêndios, e a fome, e a sede; e dez meses de combates, e cem dias de canção contínuo; e o esmagamento das ruínas...” (Euclides da Cunha)

3 – Emprega-se a vírgula sempre que orações coordenadas apresentam sujeitos distintos, por exemplo:

“A mulher ficou irritada, e o marido, constrangido.”

O uso da vírgula é vetado nos seguintes casos: separar sujeito e predicado, verbo e objeto, nome de adjunto adnominal, nome e complemento nominal, objeto e predicativo do objeto, oração substantiva e oração subordinada (desde que a substantivo não seja apositiva nem se apresente inversamente).

Ponto

1 – Para indicar final de frase declarativa:

“O almoço está pronto e será servido.”

2 – Abrevia palavras:

– “p.” (página)

– “V. Sra.” (Vossa Senhoria)

– “Dr.” (Doutor)

3 – Para separar períodos:

“O jogo não acabou. Vamos para os pênaltis.”

Ponto e Vírgula

1 – Para separar orações coordenadas muito extensas ou orações coordenadas nas quais já se tenha utilizado a vírgula:

“Gosto de assistir a novelas; meu primo, de jogos de RPG; nossa amiga, de praticar esportes.”

2 – Para separar os itens de uma sequência de itens:

“Os planetas que compõem o Sistema Solar são:

Mercúrio;

Vênus;

Terra;

Marte;

Júpiter;

Saturno;

Urano;

Netuno.”

Dois Pontos

1 – Para introduzirem apostos ou orações apositivas, enumerações ou sequência de palavras que explicam e/ou resumem ideias anteriores.

“Anote o endereço: Av. Brasil, 1100.”

“Não me conformo com uma coisa: você ter perdoado aquela grande ofensa.”

2 – Para introduzirem citação direta:

“Desse estudo, Lavoisier extraiu o seu princípio, atualmente muito conhecido: “Nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.”

3 – Para iniciar fala de personagens:

“Ele gritava repetidamente:

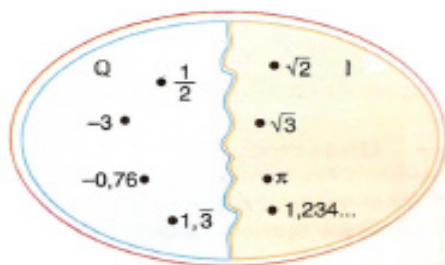
– Sou inocente!”

MATEMÁTICA

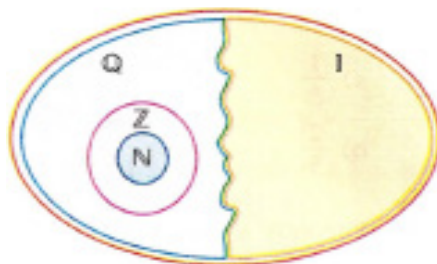
OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS

O conjunto dos números reais, representado por \mathbb{R} , é a fusão do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Vale ressaltar que o conjunto dos números racionais é a combinação dos conjuntos dos números naturais e inteiros. Podemos afirmar que entre quaisquer dois números reais há uma infinidade de outros números.

$\mathbb{R} = \mathbb{Q} \cup \mathbb{I}$, sendo $\mathbb{Q} \cap \mathbb{I} = \emptyset$ (Se um número real é racional, não irracional, e vice-versa).



Lembrando que $\mathbb{N} \subset \mathbb{Z} \subset \mathbb{Q}$, podemos construir o diagrama abaixo:



Entre os conjuntos números reais, temos:

$\mathbb{R}^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x \neq 0\}$: conjunto dos números reais não-nulos.

$\mathbb{R}_+ = \{x \in \mathbb{R} \mid x \geq 0\}$: conjunto dos números reais não-negativos.

$\mathbb{R}_+^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x > 0\}$: conjunto dos números reais positivos.

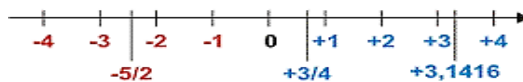
$\mathbb{R}_- = \{x \in \mathbb{R} \mid x \leq 0\}$: conjunto dos números reais não-positivos.

$\mathbb{R}_-^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x < 0\}$: conjunto dos números reais negativos.

Valem todas as propriedades anteriormente discutidas nos conjuntos anteriores, incluindo os conceitos de módulo, números opostos e números inversos (quando aplicável).

A representação dos números reais permite estabelecer uma relação de ordem entre eles. Os números reais positivos são maiores que zero, enquanto os negativos são menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números reais, a e b , $a \leq b \Leftrightarrow b - a \geq 0$

Conjunto dos números reais



Operações com números Reais

Operando com as aproximações, obtemos uma sequência de intervalos fixos que determinam um número real. Assim, vamos abordar as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão.

Intervalos reais

O conjunto dos números reais possui subconjuntos chamados intervalos, determinados por meio de desigualdades. Dados os números a e b , com $a < b$, temos os seguintes intervalos:

– Bolinha aberta: representa o intervalo aberto (excluindo o número), utilizando os símbolos:

$>$; $<$ ou $]$; $[$

– Bolinha fechada: representa o intervalo fechado (incluindo o número), utilizando os símbolos:




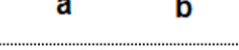
\geq ; \leq ou $]$; $[$

Podemos utilizar $()$ no lugar dos $]$ para indicar as extremidades abertas dos intervalos:

$[a, b[= (a, b)$;

$]a, b] = (a, b)$;

$]a, b[= (a, b)$.

Representação na reta real	Sentença matemática	Notações simbólicas	
Intervalo aberto: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a < x < b\}$	$]a, b[$	(a, b)
Intervalo fechado: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x \leq b\}$	$[a, b]$	$[a, b]$
Intervalo semi-aberto à direita: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x < b\}$	$[a, b[$	$[a, b)$
Intervalo semi-aberto à esquerda: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a < x \leq b\}$	$]a, b]$	$(a, b]$

a) Em algumas situações, é necessário registrar numericamente variações de valores em sentidos opostos, ou seja, maiores ou acima de zero (positivos), como as medidas de temperatura ou valores em débito ou em haver, etc. Esses números, que se estendem indefinidamente tanto para o lado direito (positivos) quanto para o lado esquerdo (negativos), são chamados números relativos.

b) O valor absoluto de um número relativo é o valor numérico desse número sem levar em consideração o sinal.

c) O valor simétrico de um número é o mesmo numeral, diferindo apenas no sinal.

— Operações com Números Relativos

Adição e Subtração de Números Relativos

a) Quando os numerais possuem o mesmo sinal, adicione os valores absolutos e conserve o sinal.

b) Se os numerais têm sinais diferentes, subtraia o numeral de menor valor e atribua o sinal do numeral de maior valor.

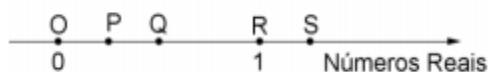
Multiplicação e Divisão de Números Relativos

a) Se dois números relativos têm o mesmo sinal, o produto e o quociente são sempre positivos.

b) Se os números relativos têm sinais diferentes, o produto e o quociente são sempre negativos.

Exemplos:

1) Na figura abaixo, o ponto que melhor representa a diferença $\frac{3}{4} - \frac{1}{2}$ na reta dos números reais é:



- (A) P.
 (B) Q.
 (C) R.
 (D) S.

Solução: **Resposta: A.**

$$\frac{3}{4} - \frac{1}{2} = \frac{3-2}{4} = \frac{1}{4} = 0,25$$

2) Considere m um número real menor que 20 e avalie as afirmações I, II e III:

- I- $(20 - m)$ é um número menor que 20.
 II- $(20 m)$ é um número maior que 20.
 III- $(20 m)$ é um número menor que 20.

É correto afirmar que:

- A) I, II e III são verdadeiras.
 B) apenas I e II são verdadeiras.
 C) I, II e III são falsas.
 D) apenas II e III são falsas.

Solução: **Resposta: C.**

- I. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.
 II. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.
 III. Falso, pois m é Real e pode ser positivo.

OPERAÇÕES ALGÉBRICAS. FATORAÇÃO ALGÉBRICA

Expressões algébricas são expressões matemáticas que apresentam números, letras e operações. As expressões desse tipo são usadas com frequência em fórmulas e equações.

As letras que aparecem em uma expressão algébrica são chamadas de variáveis e representam um valor desconhecido.

Os números escritos na frente das letras são chamados de coeficientes e deverão ser multiplicados pelos valores atribuídos as letras.

Exemplo:

(PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO/SP – AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO – VUNESP) Uma loja de materiais elétricos testou um lote com 360 lâmpadas e constatou que a razão entre o número de lâmpadas queimadas e o número de lâmpadas boas era $2/7$. Sabendo-se que, acidentalmente, 10 lâmpadas boas quebraram e que lâmpadas queimadas ou quebradas não podem ser vendidas, então a razão entre o número de lâmpadas que não podem ser vendidas e o número de lâmpadas boas passou a ser de

- (A) $1/4$.
 (B) $1/3$.
 (C) $2/5$.
 (D) $1/2$.
 (E) $2/3$.

Resolução:

Chamemos o número de lâmpadas queimadas de (Q) e o número de lâmpadas boas de (B). Assim:

$$B + Q = 360, \text{ ou seja, } B = 360 - Q \text{ (I)}$$

$$\frac{Q}{B} = \frac{2}{7}, \text{ ou seja, } 7 \cdot Q = 2 \cdot B \text{ (II)}$$

Substituindo a equação (I) na equação (II), temos:

$$7 \cdot Q = 2 \cdot (360 - Q)$$

$$7 \cdot Q = 720 - 2 \cdot Q$$

$$7 \cdot Q + 2 \cdot Q = 720$$

$$9 \cdot Q = 720$$

$$Q = 720 / 9$$

$$Q = 80 \text{ (queimadas)}$$

Como 10 lâmpadas boas quebraram, temos:

$$Q' = 80 + 10 = 90 \text{ e } B' = 360 - 90 = 270$$

$$\frac{Q'}{B'} = \frac{90}{270} = \frac{1}{3} \quad (: 9 / 9)$$

Resposta: B

Simplificação de expressões algébricas

Podemos escrever as expressões algébricas de forma mais simples somando seus termos semelhantes (mesma parte literal). Basta somar ou subtrair os coeficientes dos termos semelhantes e repetir a parte literal. Exemplos:

$$\text{a) } 3xy + 7xy - 6x3y + 2xy - 10xy = (3xy + 2xy) + (7xy - 10xy) - 6x3y = 5xy - 3xy - 6x3y$$

$$\text{b) } ab - 3cd + 2ab - ab + 3cd + 5ab = (ab + 2ab - ab + 5ab) + (-3cd + 3cd) = 7ab$$

Fatoração de expressões algébricas

Fatorar significa escrever uma expressão como produto de termos. Para fatorar uma expressão algébrica podemos usar os seguintes casos:

- Fator comum em evidência: $ax + bx = x \cdot (a + b)$
- Agrupamento: $ax + bx + ay + by = x \cdot (a + b) + y \cdot (a + b) = (x + y) \cdot (a + b)$
- Trinômio Quadrado Perfeito (Adição): $a^2 + 2ab + b^2 = (a + b)^2$
- Trinômio Quadrado Perfeito (Diferença): $a^2 - 2ab + b^2 = (a - b)^2$

$$\text{• Diferença de dois quadrados: } (a + b) \cdot (a - b) = a^2 - b^2$$

$$\text{• Cubo Perfeito (Soma): } a^3 + 3a^2b + 3ab^2 + b^3 = (a + b)^3$$

$$\text{• Cubo Perfeito (Diferença): } a^3 - 3a^2b + 3ab^2 - b^3 = (a - b)^3$$

Exemplo:

(PREF. MOGEIRO/PB - PROFESSOR – MATEMÁTICA – EXAMES)
 Simplificando a expressão,

$$(a^2 b + ab^2) \cdot \frac{\frac{1}{a^2} - \frac{1}{b^2}}{\frac{1}{a^2} - \frac{1}{b^2}}$$

Obtemos:

- (A) $a + b$.
 (B) $a^2 + b^2$.
 (C) ab .
 (D) $a^2 + ab + b^2$.
 (E) $b - a$.

HISTÓRIA DO BRASIL, GEOGRAFIA DO BRASIL

BRASIL HISTÓRIA DO BRASIL

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu

enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.

O conceito mais sintético que podemos explorar é o que define como Regime Colonial, uma estrutura econômica mercantilista que concentra um conjunto de relações entre metrópoles e colônias. O fim último deste sistema consistia em proporcionar às metrópoles um fluxo econômico favorável que adviesse das atividades desenvolvidas na colônia.

Neste sentido a economia colonial surgia como complementar da economia metropolitana europeia, de forma que permitisse à metrópole enriquecer cada vez mais para fazer frente às demais nações europeias.

De forma simplificada, o Pacto ou Sistema Colonial definia uma série de considerações que prevaleceriam sobre quaisquer outras vigentes. A colônia só podia comercializar com a metrópole, fornecer o que necessitasse e dela comprar os produtos manufaturados. Era proibido na colônia o estabelecimento de qualquer tipo de manufatura que pudesse vir a concorrer com a produção da metrópole. Qualquer transação comercial fora dessa norma era considerada contrabando, sendo reprimido de acordo com a lei portuguesa. A economia colonial era organizada com o objetivo de permitir a acumulação primitiva de capitais na metrópole. O mecanismo que tornava isso possível era o exclusivismo nas relações comerciais ou monopólio, gerador de lucros adicionais (sobre-lucro).

As relações comerciais estabelecidas eram: a metrópole venderia seus produtos o mais caro possível para a colônia e deveria comprar pelos mais baixos preços possíveis a produção colonial, gerando assim o sobre-lucro.

Fernando Novais em seu livro Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial ressalta o papel fundamental do comércio para a existência dos impérios ultramarinos:

O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido que indicamos antes da colonização da

época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial, isto é, a produção de núcleos criados na periferia de centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional. Só isso já indicaria o sentido da colonização como peça estimuladora do capitalismo mercantil, mas o comércio colonial era mais o comércio exclusivo da metrópole, gerador de super-lucros, o que completa aquela caracterização.

Para que este sistema pudesse funcionar era necessário que existissem formas de exploração do trabalho que permitissem a concentração de renda nas mãos da classe dominante colonial, a estrutura escravista permitia esta acumulação de renda em alto grau: quando a maior parte do excedente seguia rumo à metrópole, uma parte do excedente gerado permanecia na colônia permitindo a continuidade do processo.

Importante ressaltar que as colônias encontravam-se inteiramente à mercê de impulsos provenientes da metrópole, e não podiam auto estimular-se economicamente. A economia agro-exportadora de açúcar brasileira atendeu aos estímulos do centro econômico dominante. Este sistema colonial mercantilista ao funcionar plenamente acabou criando as condições de sua própria crise e de sua superação.

Neste ponto é interessante registrar a opinião de Ciro Flamaron Cardoso e Héctor P. Buiquióli:

O processo de acumulação prévia de capitais de fato não se limita à exploração colonial em todas as suas formas; seus aspectos decisivos de expropriação e proletarianização se dão na própria Europa, em um ambiente histórico global ao qual por certo não é indiferente à presença dos impérios ultramarinos. A superação histórica da fase da acumulação prévia de capitais foi, justamente o surgimento do capitalismo como modo de produção.

A relação Brasil-África na época do Sistema Colonial Português.

A princípio parece fácil descrever as relações econômicas entre metrópole e colônia, mas devemos entender que o Sistema Colonial se trata de uma teia de relações comerciais bem mais complexa e nem sempre fácil de identificar.

Os portugueses detinham o controle do tráfico de escravos entre a África e o Brasil, estabelecia-se uma estrutura de comércio que foge um pouco ao modelo apresentado anteriormente.

Traficantes portugueses aportavam no Brasil onde adquiriam fumo e aguardente (geribita), daí partiam para Angola e Luanda onde negociariam estes produtos em troca de cativos. A cachaça era produzida principalmente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro; o fumo era produzido principalmente na Bahia. A importância destes produtos se dá em torno do seu papel central nas estratégias de negociação para a transação de escravos nos sertões africanos.

A geribita tinha diversos atributos que a tornavam imbatível em relação aos outros produtos trocados por escravos. A cachaça é considerada um subproduto da produção açucareira e por isso apresentava uma grande vantagem devido ao baixíssimo custo de produção, lucravam os donos de engenho que produziam a cachaça e os traficantes portugueses que fariam a troca por cativos na África, além é claro do elevado teor alcoólico da bebida (em torno de 60%) que a tornava altamente popular entre seus consumidores.

O interessante de se observar é que do ponto de vista do controle do tráfico, o efeito mais importante das geribitas foi transferi-lo para os comerciantes brasileiros. Os brasileiros acabaram usando a cachaça para quebrar o monopólio dos comerciantes metropolitanos que em sua maioria preferia comercializar usando o vinho português como elemento de troca por cativos.

Pode-se perceber que o Pacto Colonial acabou envolvendo teias de relações bem mais complexas que a dicotomia Metrópole-Colônia, o comércio intercolonial também existiu, talvez de forma mais frequente do que se imagina. Na questão das manufaturas as coisas se complicavam um pouco, mas não podemos esquecer do intenso contrabando que ocorria no período.

Despotismo esclarecido em Portugal.

Na esfera política, a formação do Estado absolutista correspondeu a uma necessidade de centralização do poder nas mãos dos reis, para controlar a grande massa de camponeses e adequar-se ao surgimento da burguesia.

O despotismo esclarecido foi uma forma de Estado Absolutista que predominou em alguns países europeus no século XVIII. Filósofos iluministas, como Voltaire, defendiam a ideia de um regime monárquico no qual o soberano, esclarecido pelos filósofos, governaria apoiando-se no povo contra os aristocratas. Esse monarca acabaria com os privilégios injustos da nobreza e do clero e, defendendo o direito natural, tornaria todos os habitantes do país iguais perante a lei. Em países onde, o desenvolvimento econômico capitalista estava atrasado, essa teoria inspirou o despotismo esclarecido.

Os déspotas procuravam adequar seus países aos novos tempos e às novas ideias que se desenvolviam na Europa. Embora tenham feito uma leitura um pouco diferenciada dos ideais iluministas, com certeza diminuíram os privilégios considerados mais odiosos da nobreza e do clero, mas ao invés de um governo apoiado no “povo” vimos um governo apoiado na classe burguesa que crescia e se afirmava.

Em Portugal, o jovem rei D. José I “entregou” a árdua tarefa de modernizar o país nas mãos de seu principal ministro, o Marquês de Pombal. Sendo um leitor ávido dos filósofos iluministas e dos economistas ingleses, o marquês estabeleceu algumas metas que ele acreditava serem capazes de levar Portugal a alinhar-se com os países modernos e superar sua crise econômica.

A primeira atitude foi fortalecer o poder do rei, combatendo os privilégios jurídicos da nobreza e econômicos do clero (principalmente da Companhia de Jesus). Na tentativa de modernizar o país, o marquês teve de acabar com a intolerância religiosa e o poder da inquisição a fim de desenvolver a educação e o pensamento literário e científico.

Economicamente houve um aumento da exploração colonial visando libertar Portugal da dependência econômica inglesa. O Marquês de Pombal aumentou a vigilância nas colônias e combateu ainda mais o contrabando. Houve a instalação de uma maior centralização política na colônia, com a extinção das Capitânicas hereditárias que acabou diminuindo a excessiva autonomia local.

Capitânicas Hereditárias

As Capitânicas hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres com relações com a Coroa Portuguesa).

Este sistema foi criado pelo rei de Portugal com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. Ganharam o nome de Capitânicas Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária).

Estas pessoas que recebiam a concessão de uma capitania eram conhecidas como donatários. Tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território. Por outro lado, tinham o direito de explorar os recursos naturais (madeira, animais, minérios).

O sistema não funcionou muito bem. Apenas as capitânicas de São Vicente e Pernambuco deram certo. Podemos citar como motivos do fracasso: a grande extensão territorial para administrar (e suas obrigações), falta de recursos econômicos e os constantes ataques indígenas.

O sistema de Capitânicas Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

Capitânicas Hereditárias criadas no século XVI:

Capitania do Maranhão

Capitania do Ceará

Capitania do Rio Grande

Capitania de Itamaracá

Capitania de Pernambuco

Capitania da Baía de Todos os Santos

Capitania de Ilhéus

Capitania de Porto Seguro

Capitania do Espírito Santo

Capitania de São Tomé

Capitania de São Vicente

Capitania de Santo Amaro

Capitania de Santana

Governo Geral

Respondendo ao fracasso do sistema das capitânicas hereditárias, o governo português realizou a centralização da administração colonial com a criação do governo-geral, em 1548. Entre as justificativas mais comuns para que esse primeiro sistema viesse a entrar em colapso, podemos destacar o isolamento entre as capitânicas, a falta de interesse ou experiência administrativa e a própria resistência contra a ocupação territorial oferecida pelos índios.

Em vias gerais, o governador-geral deveria viabilizar a criação de novos engenhos, a integração dos indígenas com os centros de colonização, o combate do comércio ilegal, construir embarcações, defender os colonos e realizar a busca por metais preciosos. Mesmo que centralizadora, essa experiência não determinou que o governador cumprisse todas essas tarefas por si só. De tal modo, o governo-geral trouxe a criação de novos cargos administrativos.

O ouvidor-mor era o funcionário responsável pela resolução de todos os problemas de natureza judiciária e o cumprimento das leis vigentes. O chamado provedor-mor estabelecia os seus trabalhos na organização dos gastos administrativos e na arrecadação dos impostos cobrados. Além destas duas autoridades, o capitão-mor desenvolvia ações militares de defesa que estavam, principalmente, ligadas ao combate dos invasores estrangeiros e ao ataque dos nativos.

Na maioria dos casos, as ações a serem desenvolvidas pelo governo-geral estavam subordinadas a um tipo de documento oficial da Coroa Portuguesa, conhecido como regimento. A metrópole expedia ordens comprometidas com o aprimoramento das atividades fiscais e o estímulo da economia colonial. Mesmo com a forte preo-

cupação com o lucro e o desenvolvimento, a Coroa foi alvo de ações ilegais em que funcionários da administração subvertiam as leis em benefício próprio.

Entre os anos de 1572 e 1578, o rei D. Sebastião buscou aprimorar o sistema de Governo Geral realizando a divisão do mesmo em duas partes. Um ao norte, com capital na cidade de Salvador, e outro ao sul, com uma sede no Rio de Janeiro. Nesse tempo, os resultados pouco satisfatórios acabaram promovendo a reunificação administrativa com o retorno da sede a Salvador. No ano de 1621, um novo tipo de divisão foi organizado com a criação do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão.

Ao contrário do que se possa imaginar, o sistema de capitânicas hereditárias não foi prontamente descartado com a organização do governo-geral. No ano de 1759, a capitania de São Vicente foi a última a ser destituída pela ação oficial do governo português. Com isso, observamos que essas formas de organização administrativa conviveram durante um bom tempo na colônia.

Economia e sociedade colonial

A colonização implantada por Portugal estava ligada aos interesses do **sistema mercantilista**, baseado na circulação de mercadorias. Para obter os maiores benefícios desse comércio, a Metrópole controlava a colônia através do pacto colonial, da lei da complementaridade e da imposição de monopólios sobre as riquezas coloniais.

- Pau-Brasil

O pau-brasil era valioso na Europa, devido à tinta avermelhada, que dele se extraía e por isso atraía para cá muitos piratas contrabandistas (os brasileiros). Foi declarado monopólio da Coroa portuguesa, que autorizava sua exploração por particulares mediante pagamento de impostos. A exploração era muito simples: utilizava-se mão-de-obra indígena para o corte e o transporte, pagando-a com bugigangas, tais como, miçangas, canivetes, espelhos, tecidos, etc. (escambo). Essa atividade predatória não contribuiu para fixar população na colônia, mas foi decisiva para a destruição da Mata Atlântica.

- Cana-de-Açúcar

O açúcar consumido na Europa era fornecido pelas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde (colônias portuguesas no Atlântico), Sicília e pelo Oriente, mas a quantidade era muito reduzida diante da demanda.

Animada com as perspectivas do mercado e com a adequação do clima brasileiro (quente e úmido) ao plantio, a Coroa, para iniciar a produção açucareira, tratou de levantar capitais em Portugal e, principalmente, junto a banqueiros e comerciantes holandeses, que, aliás, foram os que mais lucraram com o comércio do açúcar.

Para que fosse economicamente viável, o plantio de cana deveria ser feito em grandes extensões de terra e com grande volume de mão-de-obra. Assim, a produção foi organizada em sistema de plantation: latifúndios (engenhos), escravidão (inicialmente indígena e posteriormente africana), monocultura para exportação. Para dar suporte ao empreendimento, desenvolveu-se uma modesta agricultura de subsistência (mandioca, feijão, algodão, etc).

O cultivo de cana foi iniciado em 1532, na Vila de São Vicente, por Martim Afonso de Sousa, mas foi na Zona da Mata nordestina que a produção se expandiu. Em 1570, já existiam no Brasil cerca de 60 engenhos e, em fins do século XVI, esse número já havia sido duplicado, dos quais 62 estavam localizados em Pernambuco, 36 na

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor I- Educação Infantil

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação tem um grande significado social. Desde os primeiros tempos de Limes, os filósofos dedicaram-lhe muita atenção definindo sua natureza e seus objetivos. Nos tempos modernos, filósofos educacionais e professores notáveis concederam à educação um lugar de destaque em suas obras.

O educador tcheco do século XVII Johann Amos Comenius é considerado o primeiro grande filósofo educacional dos tempos modernos. Ele criticou a ênfase predominante na lógica e nos clássicos e insistiu que o método de instrução deveria ser consistente com o desenvolvimento mental da criança e que o assunto deveria ser adotado de acordo com seus interesses.

John Locke, o filósofo inglês, escreveu que a educação deveria visar a disciplina servil e que deveria ser secular e não religiosa. Rousseau ensinou que o objetivo da educação é direcionar sabiamente as inclinações naturais da criança para treiná-la adequadamente. Ele também defendia a educação popular.

Forebel, que foi o fundador do jardim de infância, acreditava que o objetivo da educação é a “vida completa”. Segundo Pestalozzi, a educação deve visar o desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades, sendo o objetivo final a melhoria da sorte das massas. John Dewey, o pai do movimento da educação progressiva, sustentava que a educação é o viver da vida, não uma preparação para a vida. Auguste Comte, o pai da Sociologia, defendia que a educação deveria ter como objetivo cultivar a simpatia e a compreensão de nossos semelhantes. Herbert Spencer afirmou que a educação deve preparar os indivíduos para uma vida equilibrada em sociedade.

Lester, F. Ward consideravam a educação um meio para o progresso social. Sumner sustentava que a educação deveria produzir no indivíduo uma “faculdade crítica bem desenvolvida” que o impediria de agir por mera sugestão ou impulso e de seguir caminhos acriticamente tradicionais, mas, em vez disso, o capacitaria a agir racionalmente pelo julgamento. Ele, no entanto, não considerava a educação como uma panaceia para todos os males. Ele escreveu: “Aplicamos a escolaridade como um remédio para todos os fenômenos sociais que não gostamos, nossa fé no poder do aprendizado do livro é excessiva e infundada. É uma superstição da época.” Giddings achava que a educação deveria ter como objetivo desenvolver nos indivíduos “autoconfiança e autocontrole, emancipá-los das crenças supersticiosas e da ignorância, dar-lhes conhecimento, fazê-los pensar de forma realista e ajudá-los a se tornarem cidadãos esclarecidos”. Para Durkheim, o objetivo da educação é a “socialização da geração mais jovem”.

Assim, encontramos escritores que definem os objetivos da educação de forma variada.

1) Para concluir o processo de socialização:

O primeiro e principal objetivo da educação é completar o processo de socialização. Embora a família seja uma grande fonte de socialização, nos tempos modernos deixa muito por fazer no processo de socialização. Um sociólogo explica o fracasso da família em desenvolver atitudes de responsabilidade nas crianças com as seguintes palavras:

A situação surgiu em parte por causa de nossa mudança para a vida urbana e para o que o sociólogo chama de organização de grupo secundário da sociedade, isto é, sociedade marcada pelo desaparecimento da casa e do jardim, a predominância da especialização da ocupação, a individualização da escolha como a amigos, vida religiosa e formas de recreação, e um tipo geral de contato social “toca-e-vai”, tipo impessoal. A vida em nossas cidades, em comparação com a vida no campo e na aldeia de algumas gerações atrás, é superficial.

Apontamos como a família moderna tem falhado em desempenhar o papel de agência socializadora. A escola entrou nos lugares vagos. Agora, sente-se que é tarefa da escola incutir na criança as qualidades de honestidade, jogo limpo, consideração pelos outros e um senso de certo e errado.

Os pais que perderam o controle de seus próprios adolescentes agora esperam que a sala de aula compense quaisquer deficiências no treinamento de boas maneiras e moral em casa. A pressão crescente é colocada sobre a escola para desempenhar a tarefa de socialização que antes era função da família. Além da socialização dos jovens, a escola também dedica muito tempo e energia aos temas da cooperação, boa cidadania e cumprimento do dever. Os sentimentos patrióticos são incutidos nos alunos.

2) Transmissão do Patrimônio Cultural:

Em segundo lugar, a educação deve visar a transmissão do patrimônio cultural. Por patrimônio cultural entendemos o conhecimento do passado, a sua arte, literatura, filosofia, religião e música. Através de livros didáticos de história e indiretamente através da celebração de feriados patrióticos a criança conhece seu patrimônio cultural. No entanto, é apenas nos níveis mais elevados de ensino que se faz uma tentativa séria de concretizar este objetivo.

3) Reforma de Atitudes:

Em terceiro lugar, a educação deve visar a reforma de atitudes já formadas erroneamente pelas crianças. Dentro de seu grupo familiar, a criança muitas vezes absorve uma série de atitudes, crenças, lealdades e preconceitos. Reformar essas crenças e preconceitos.

tos é função da educação. Embora a escola não possa fazer muito a esse respeito, pois a frequência da criança na escola é intermitente, deve continuar seus esforços para a reforma de sua atitude.

4) Colocação Ocupacional:

A educação também tem um fim utilitário. Deve preparar o indivíduo para ganhar a vida. A educação deve capacitá-lo a realizar uma tarefa produtiva e ganhar o suficiente para si e sua família. Deve fazer do jovem um cidadão que produz no limite das suas capacidades naturais e adquiridas. A juventude deve ser capacitada para desempenhar um papel produtivo na sociedade.

5) Para incutir o senso de competição:

A ênfase principal da escola está na competição pessoal. Para cada assunto estudado, cada criança é comparada com seus companheiros por porcentagem de notas ou divisão. O professor elogia aqueles que fazem bem e desaprova aqueles que não fazem bem. A escola não só classifica todos os que estão dentro de seus muros, mas também peneira sua matéria-prima, passando alguns e rejeitando outros com base na inteligência e diligência. Atua, assim, como um seletor social.

Provavelmente, a melhor declaração dos objetivos da educação foi dada pelo Cardeal Newman. Falando da educação universitária, ele diz, “A formação universitária é o grande meio ordinário para um fim grandioso, mas ordinário: visa elevar o tom intelectual da sociedade, cultivar a mente do público, purificar o gosto nacional, fornecer os verdadeiros princípios ao entusiasmo popular e objetivos fixos à aspiração popular, para dar ampliação e sobriedade às ideias da época, para facilitar o exercício do poder político e refinar as relações da vida privada.”

É esta educação que dá ao homem uma visão clara e consciente de sua própria opinião e julgamento, uma verdade em desenvolvê-los, uma eloquência em expressá-los e uma força em exortá-los. Ensina como ver as coisas como elas são, ir direto ao ponto, desembaraçar uma meada de pensamento, derrotar o que é sofisticado e descartar o que é irrelevante. Mostra-lhe como acomodar-se aos outros, como se lançar no estado de espírito deles, como apresentar-lhes o seu, como influenciá-los, como chegar a um entendimento com eles, como suportá-los.

Ele se sente à vontade em qualquer sociedade, tem pontos em comum com todas as classes; sabe quando falar e quando calar; ele é capaz de conversar; ele é capaz de ouvir; ele pode fazer uma pergunta pertinente e obter uma lição razoavelmente, quando não tem nada para se comunicar; ele está sempre pronto, mas nunca no caminho; ele é um companheiro agradável e um camarada em quem você pode confiar; ele sabe quando ser sério e quando brincar, e tem um tato seguro que lhe permite brincar com graça e ser sério com efeito.

Ele tem o repouso de uma mente que vive em si mesma, enquanto vive no mundo, e que tem recursos para sua felicidade em casa quando não pode ir para o exterior. Ele tem um dom que o serve em público e o sustenta na aposentadoria, sem o qual a boa fortuna não passa de vulgar, e com o qual o fracasso e a decepção têm um encanto. A arte que tende a tornar o homem tudo isso está no objeto que persegue tão útil quanto a arte da riqueza ou a arte da saúde, embora seja menos suscetível de métodos e menos tangível, menos completo em seu resultado.

O Relatório Radhakrishnan sobre Educação Universitária na Índia acrescenta: “O propósito de toda educação, é admitido por pensadores do Oriente e do Ocidente, é fornecer uma imagem coe-

rente do universo e um modo de vida integrado”. E, de fato, se a educação pode atingir esse objetivo, qualquer produto de nossas instituições educacionais pode desempenhar seu papel na vida e ajudar na construção de um mundo melhor.

Aqui, também pode ser observado que a educação às vezes é usada como meio de doutrinação. Nos países comunistas, os alunos recebem aulas de comunismo, enquanto nos países islâmicos são ensinados o fundamentalismo islâmico. Na Índia, embora as velhas formas de estratificação social baseadas em castas estejam chegando ao fim, a estratificação social está surgindo em uma nova forma.

O sistema escolar público deu origem a uma nova classe – as crianças da classe alta que não se misturam ou brincam com as crianças da classe baixa que recebem educação nas escolas do governo. Surgiu uma classe de crianças de elite ensinadas sobre o estilo de vida ocidental.

A educação acelerou a taxa de mobilidade social. Um jovem instruído não encontra avenidas abertas na aldeia e, conseqüentemente, migra para a cidade, onde consegue um emprego lucrativo que eleva seu status social. A sociedade moderna é mais “aberta” do que a tradicional e uma das razões é a explosão da educação.

AMPLIAÇÃO DO REPERTÓRIO VOCABULAR

A ampliação do repertório vocabular é um processo fundamental para o desenvolvimento das habilidades de comunicação e expressão. O vocabulário de uma pessoa pode ser entendido como o conjunto de palavras que ela conhece, compreende e utiliza na interação com outros indivíduos. A riqueza do vocabulário está diretamente ligada à capacidade de articular ideias de forma clara e eficiente, além de contribuir para o entendimento de textos e discursos em diferentes contextos. Nesse sentido, ampliar o repertório de palavras é uma prática que oferece inúmeros benefícios, tanto no âmbito pessoal quanto profissional, uma vez que a comunicação eficaz é uma competência muito valorizada em diversas áreas do conhecimento e no mercado de trabalho.

A construção do vocabulário começa ainda na infância, quando as crianças começam a explorar o mundo ao seu redor e aprender palavras novas por meio da interação com os pais, familiares e outros indivíduos de seu convívio. Essa aquisição de novas palavras se intensifica na fase escolar, onde o contato com a leitura, a escrita e a fala em diferentes contextos expande o universo vocabular. No entanto, o desenvolvimento do vocabulário não se limita à infância e à adolescência. Mesmo na vida adulta, é possível — e necessário — continuar a expandir o conhecimento das palavras, principalmente através de práticas como a leitura frequente, a escrita e a escuta atenta em situações formais e informais.

Ler é, sem dúvida, uma das maneiras mais eficazes de aumentar o repertório vocabular. Ao entrar em contato com diferentes gêneros textuais, como romances, artigos científicos, crônicas, reportagens e ensaios, o leitor se depara com palavras e expressões que podem não fazer parte de seu uso cotidiano. Além disso, a leitura de textos técnicos ou acadêmicos oferece um vocabulário especializado que é importante para determinadas áreas do conhecimento. O leitor atento busca o significado das palavras desconhecidas, inserindo-as gradativamente em seu repertório e, com o tempo, passa a utilizá-las com mais segurança. Essa prática de busca ativa por novos termos

A CRIANÇA PRÉ- ESCOLAR E SUAS LINGUAGENS

é uma ferramenta poderosa para a construção de um vocabulário mais robusto e variado, que irá contribuir significativamente para o aprimoramento da capacidade de argumentação e reflexão crítica.

A escrita, por sua vez, é um excelente exercício para fixar as palavras aprendidas e ampliar ainda mais o vocabulário. Ao escrever, o indivíduo é desafiado a organizar suas ideias de forma clara e coesa, utilizando as palavras que conhece e buscando novas expressões para dar conta do que deseja transmitir. A prática constante da escrita auxilia no domínio da linguagem e no uso adequado das palavras em diferentes contextos. A revisão dos textos, feita de forma criteriosa, permite identificar repetições e limitações no uso de certos termos, incentivando a busca por sinônimos e novas construções que ampliem o campo vocabular.

Outra forma eficiente de incrementar o repertório de palavras é a escuta ativa, seja em conversas, palestras, vídeos, programas de rádio ou podcasts. A oralidade oferece um campo vasto de exploração linguística, principalmente quando se presta atenção às palavras e expressões utilizadas por outros falantes. Essa exposição a diferentes formas de fala, principalmente em contextos formais, ajuda a internalizar novos termos e a entender suas nuances de uso, favorecendo o aumento do vocabulário.

Também é importante mencionar que a aquisição de vocabulário vai além da simples memorização de palavras isoladas. Para realmente ampliar o repertório vocabular, é fundamental compreender o contexto em que as palavras são usadas, suas variações semânticas e gramaticais, bem como as diferentes conotações que podem adquirir dependendo da situação. O uso inadequado de uma palavra pode comprometer a clareza de uma comunicação ou até mesmo gerar equívocos interpretativos, o que reforça a importância de não apenas conhecer novas palavras, mas também saber como e quando utilizá-las de forma apropriada.

Outro aspecto relevante da ampliação vocabular é a diversidade de fontes e de experiências a que o indivíduo se expõe. Quanto mais variada for essa exposição, maior será a possibilidade de incorporar novos termos ao vocabulário. A interação com pessoas de diferentes áreas do conhecimento, a leitura de textos em diferentes idiomas, a participação em debates e discussões são exemplos de práticas que estimulam o uso e a compreensão de palavras diversas. Além disso, a prática de jogos de palavras, como palavras-cruzadas, pode ser um complemento lúdico e eficiente para o desenvolvimento do vocabulário.

Portanto, a ampliação do repertório vocabular é um processo contínuo e dinâmico, que exige esforço e dedicação, mas que traz retornos significativos para quem se propõe a fazê-lo. Não se trata apenas de acumular palavras, mas de desenvolver uma comunicação mais rica, variada e eficiente, capaz de refletir de forma mais precisa as nuances do pensamento e das intenções do falante ou escritor. A busca por novas palavras deve ser vista como um investimento no próprio desenvolvimento pessoal e intelectual, uma vez que a linguagem é a ferramenta primordial através da qual nos relacionamos com o mundo e com os outros. Assim, quem se dedica a ampliar seu vocabulário está, na verdade, se capacitando a pensar melhor, a entender mais profundamente as ideias e a comunicar-se com mais precisão e eficácia.

A fase pré-escolar é um período crucial no desenvolvimento infantil, marcado por significativas transformações nas capacidades cognitivas, emocionais e sociais da criança. Entre os aspectos mais relevantes dessa etapa está o desenvolvimento das linguagens, que inclui não apenas a linguagem verbal, mas também outras formas de expressão, como a linguagem corporal, artística e simbólica. A criança pré-escolar, que geralmente tem entre 3 e 6 anos de idade, encontra-se em um momento em que suas habilidades comunicativas se expandem de maneira significativa, e isso acontece tanto em termos quantitativos — com o aumento do vocabulário — quanto qualitativos — com a melhora da capacidade de se expressar e compreender o mundo à sua volta.

A linguagem verbal, sem dúvida, é um dos aspectos mais evidentes no desenvolvimento da criança durante essa fase. Nessa idade, a criança já dominou uma série de palavras e começa a construir frases mais complexas, utilizando verbos, substantivos, pronomes e outros elementos gramaticais de forma mais estruturada. É um momento em que a curiosidade se intensifica, e o uso da linguagem se torna ferramenta fundamental para explorar o ambiente, fazer perguntas, narrar acontecimentos e expressar necessidades e sentimentos. O desenvolvimento da linguagem verbal está diretamente relacionado às interações sociais da criança, seja com os pais, com os colegas na escola ou com outros adultos. Quanto mais diversificadas e ricas forem essas interações, maior será a oportunidade de ampliação do vocabulário e de desenvolvimento da capacidade de argumentação, narração e interpretação.

No entanto, a linguagem da criança pré-escolar não se limita à verbalização de pensamentos. É importante compreender que a criança dessa faixa etária utiliza uma ampla gama de formas de expressão. A linguagem corporal, por exemplo, continua a desempenhar um papel essencial. As crianças pré-escolares ainda estão em processo de aprimoramento da coordenação motora e do controle corporal, mas já conseguem usar gestos, expressões faciais e posturas para comunicar-se de maneira eficaz. Essa linguagem não verbal é especialmente útil em situações em que a criança ainda não dispõe das palavras adequadas para expressar o que sente ou pensa. Assim, o movimento, o olhar e o gesto tornam-se meios valiosos para transmitir suas intenções, desejos e emoções.

Além da linguagem corporal, a linguagem simbólica também ganha destaque durante o período pré-escolar. Através do brincar, as crianças começam a usar objetos e ações para representar outras coisas, desenvolvendo o que chamamos de jogo simbólico. Ao usar um pedaço de pau para simular uma espada ou ao cuidar de uma boneca como se fosse um bebê, a criança está exercitando sua capacidade de abstração e de simbolização, o que é um marco importante em seu desenvolvimento cognitivo. O jogo simbólico permite à criança explorar diferentes papéis e situações, além de expressar medos, desejos e fantasias. Essa forma de linguagem, muitas vezes negligenciada, é essencial para o desenvolvimento da imaginação e da criatividade, além de contribuir para o entendimento de regras sociais e para a construção de narrativas pessoais.